

Sarney promete reação forte

O presidente José Sarney disse ontem, no programa *Conversa ao Pé do Rádio*, que a escalada de violência e terrorismo pode "truncar" o caminho pacífico para a democracia, mas prometeu reagir com rigor. "O Brasil precisa ter consciência de que a política não é um ato de vandalismo moral", afirmou.

As críticas do presidente foram dirigidas aos setores mais radicais, que ele identificou entre trabalhadores em greve, in-

satisfeitos com a medida provisória nº 50, e empresários que não concordam com as alterações da lei sobre economia popular. De um lado, acrescentou Sarney, a edição de uma medida pós sob ameaça de demissão os funcionários de serviço essenciais, que se recusavam a retornar ao trabalho, enquanto; de outro, líderes empresariais, que não identificou, pregavam a desobediência civil, por discordarem da forma como o governo vai tratar os especuladores. "É

incompreensível que tenham agido assim", disse o presidente. E informou já ter determinado à Polícia Federal todo o rigor no cumprimento da lei.

Segundo o presidente, 70% do funcionalismo do Banco do Brasil já retornou ao trabalho, o que demonstra, na sua opinião, a impopularidade de uma greve política "e a leviandade das lideranças que a deflagram". A ameaça, reiterou ele, está de pé: "Quem não cumprir

a lei, fica passível de demissão".

Sarney disse não tolerar atos terroristas, como o atentado a bomba contra uma agência bancária em Recife, e lamentou que o radicalismo político esteja debilitando a economia do município de Volta Redonda (RJ). Não fez, contudo, nenhuma referência ao atentado que destruiu o memorial aos operários, limitando-se a deplorar "os episódios" ocorridos na cidade.

"O caminho da prosperidade é a democracia"

Esta é a íntegra do programa *Conversa ao Pé do Rádio*, apresentado ontem pelo presidente José Sarney:

"Brasileiras e Brasileiros, Bom-dia.

Aqui vos fala o presidente José Sarney, em mais uma *Conversa ao Pé do Rádio*, como ocorre todas as sextas-feiras. Hoje, dia 5 de maio de 1989.

Quero e volto a advertir o País sobre os perigos da violência. Tenho sido uma voz constante e, às vezes, até mesmo uma voz solitária na reiterada condenação à violência, porque eu não compreendo que ela possa ser o exercício do cotidiano nem contar com a nossa tolerância.

Homem de diálogo e democrata por convicção e formação, tenho a consciência de que o caminho da paz é a lei, que o caminho da prosperidade é a democracia. Onde não existe o respeito à lei, existe a desordem e essa leva à violência. Os conflitos sociais, as lutas por espaços e direitos não podem ser feitos senão dentro da lei. Para isso existe o estado de direito, estado de direito pelo qual todos nós lutamos e encontramos. E significa a harmonia e divisão dos poderes, a estrutura política onde o povo decide pelo voto e não através do grito de minorias incorformadas e anárquicas que desejam sempre o caos.

Ná última sexta-feira, eu falei sobre as greves; quero mais uma vez explicar a situação. A greve é direito constitucional do trabalhador, um direito sagrado, consagrado na Constituição. Mas a nossa Carta Magna ressalvou os serviços essenciais que necessitam de um tratamento especial, uma vez que o direito de greve não pode ficar acima do direito de sobrevivência do povo; a greve não pode sitiar as cidades como se faz na guerra, para que elas se rendam, sem comida, sem luz, sem água, sem socorro médico. Nesse sentido, a Constituição estabeleceu que devia existir uma lei para regular o direito de greve, de modo que a sociedade não venha a ser vítima de interesses individuais colocados acima de interesses coletivos. Por isso, é preciso uma lei para regulamentar as greves nos serviços essenciais e essa lei deve ter capacidade para manter esses serviços funcionando.

Foi o que eu fiz. Muitos a criticaram achando que ela era fraca; outros, irresponsavelmente, disseram que iam desobedecê-la. A uns e a outros devo responder que fiz a lei que, constitucionalmente, devia fazer e que ninguém

vai desobedecê-la. Também quero dizer que a lei já começou a surtir seus efeitos. Convocados os funcionários para os serviços essenciais do Banco do Brasil e do Banco Central, eles começaram a atender à convocação sob pena de demissão, na forma que fui obrigado a ordenar. Assim, fica de pé: quem não cumprir a lei, fica passível de demissão.

Ontem já, o Banco Central operava em todo o Brasil e apenas em Brasília tínhamos alguns problemas, mas convocações estavam feitas e muitos funcionários começaram a atendê-las. No Banco do Brasil, os empregados, cerca de 70%, estavam voltando ao trabalho. Ficou claro a impopularidade dessa greve de caráter político, a leviandade das lideranças que a deflagraram. Ficou claro, também, que a maioria dos funcionários queria era trabalhar; embora não concordassem com ela, eles estavam submetidos a um constrangimento ilegal, proibidos por piquetes e intimidações de ganhar o seu salário, comparecendo ao trabalho.

Por outro lado é incompreensível que líderes empresariais tenham pregado a desobediência civil, tenham atacado as medidas tomadas, sobretudo porque eu, ao regulamentar a lei de greve, alterei a lei sobre a economia popular, defendendo o consumidor contra os especuladores. E determinei à Polícia Federal, através do ministro da Justiça, que agisse com todo o rigor contra aqueles que estão procedendo dessa maneira.

Também quero alertar a País contra o terrorismo. Não é possível que aconteça o que aconteceu em Recife, quando um ativista sindical colocou uma bomba em um banco particular, o que podia ter causado a morte de várias pessoas. Os episódios de Volta Redonda são lamentáveis. Aquela população precisa de paz e tranquilidade. Não pode ficar todo o tempo à mercê de agitadores que não permitem à cidade viver do seu trabalho. Volta Redonda é um símbolo da independência econômica do País, com a construção da primeira indústria siderúrgica, e vai se debilitando, perdendo a capacidade, por esse tipo de ativismo político, esse tipo subalterno de fazer política, de terrorismo, que escolheu a violência, a agitação em vez do diálogo e a harmonização dos interesses. A continuar assim, a usina caminha para o seu próprio debilitamento e ninguém deseja que isso possa acontecer. Porque a violência, como tenho dito, gera violência. E

não se pode usar a liberdade para matar-se a liberdade.

A transição democrática está sendo feita com muito sacrifício. Eu tenho dado a minha parte e grande parte. Mas tenho afirmado minha convicção democrática, meu desejo de entregar o País institucionalizado. O Brasil precisa ter a consciência de que a política não é um ato de vandalismo moral. Temos que construir um terreno comum, para depois exercitarmos democraticamente nossas divergências. A violência, ela sempre pode truncar o caminho pacífico da democracia. Darei tudo de mim para que a nossa missão seja cumprida e que isso jamais possa acontecer em nosso País.

Finalmente, quero dizer que hoje eu estou indo para Manaus, vou participar da reunião em que oito presidentes da Bacia Amazônica estarão discutindo numa mesa os nossos problemas comuns. Estaremos reunidos eu, Alan Garcia, do Peru, Carlos Andrés Pérez, da Venezuela, Virgílio Barco, da Colômbia, Shankar, do Suriname, Hoyte, da Guiana, Borja, do Equador e Paz Estensoro, da Bolívia. Iremos falar sobre os problemas ecológicos, sobre o narcotráfico, o desenvolvimento racial e soberano da Amazônia. Mostraremos ao mundo que a Amazônia é nossa, e é nossa responsabilidade preservá-la, mantê-la íntegra, não aceitar ingerências que a título de defender o meio ambiente desejam exercer interesses subalternos.

O tema ecológico é um tema que veio para ficar. Ele diz respeito à sobrevivência do homem na face da terra. Vamos falar, nesse encontro, do problema das florestas úmidas, como é a floresta amazônica. Mas, sem dúvida, iremos exigir dos outros países providências efetivas contra uma destruição mais próxima e mais violenta da vida que são os arsenais nucleares, as chuvas ácidas, o volume de dióxido de carbono cada vez maior que é lançado na atmosfera pelos países industrializados, a destruição da camada de ozônio, essa camada que protege a terra e a vida, e o combate à maior de todas as poluições, que é a poluição da pobreza.

Finalmente, crença no Brasil. Por maiores que sejam as nossas dificuldades, o presidente mantém-se como sempre paciente, compreensivo, humano, sem perder a perspectiva do cumprimento do seu dever, que às vezes importa em ser firme e só ter medo de ter medo, como dizia Roosevelt. Bom-dia e muito obrigado.